



The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.

Programas Sociais, Mudanças e Condições de Vida na Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro¹

Eduardo Magalhães **Ribeiro**², Eduardo Barbosa **Ayres**³,
Flávia Maria **Galizoni**⁴, Ana Flávia **Almeida**⁵ e Viviane Guimarães **Pereira**⁶

Resumo: O vale do rio Jequitinhonha, situado a nordeste do estado de Minas Gerais, desde os anos 1960 recebe um conjunto de programas públicos, compensatórios e de desenvolvimento rural, que aportam recursos significativos no combate à pobreza e no incremento da agricultura familiar. Usando dados censitários, de diagnósticos e pesquisas de campo sobre a região, este artigo analisa alguns dos resultados desses programas. Revela que ocorreu uma combinação entre fluxos de renda originários do setor público e produção de autoconsumo que explica mudanças substantivas na segurança alimentar, no bem-estar e no padrão de consumo das populações rurais.

Palavras-chaves: agricultura familiar, sociologia rural, programas públicos, Vale do Jequitinhonha.

Abstract: Vale do Jequitinhonha, located in the northeast of the Minas Gerais State, have been receiving, since the 1960s, a set of public programs, compensation and rural development, which brought significant resources to combat poverty and increase familiar agriculture. Using census data, field research and diagnostics over the region, this article examines some of the results of these programs. It reveals that there was a combination of income streams originated from the public sector and consumption production, explaining substantial changes in the food security, welfare and the consumption pattern of rural populations.

Key-words: Vale do Jequitinhonha, public programs, family farming, rural sociology.

Classificação JEL: Q15, Q18, R58.

-
1. Este artigo resulta de pesquisas apoiadas pelo CNPq e Fapemig.
 2. UFMG. Professor Associado. E-mail: eduardomr@pq.cnpq.br
 3. Idene/MG. Técnico. E-mail: eduardoturminalina@yahoo.com.br
 4. UFMG. Professora Adjunta. E-mail: flaviagalizoni@yahoo.com.br
 5. EFABT. Técnica. E-mail: fa.almeida2@hotmail.com
 6. Unifei. Professora adjunta. E-mail: vgpereira@yahoo.com.br

1. Introdução

Em fins do século XIX, quando representava a região no Parlamento, o conde de Afonso Celso esteve no Vale do Jequitinhonha e registrou em seu diário que o lugar era habitado por um povo cortês e hospitaleiro, que vivia da força dos próprios braços numa situação que definiu como de “farta mediania”. No começo do século XX, o poeta Eduardo Santos Maia cumpriu o mesmo roteiro de viagem e deixou para a posteridade uma narrativa parnasiana sobre canoeiros apaixonados, vaqueiros destemidos e “cabras avalentoados”; seu livro, que se transformaria em referência para conhecer a história da região, descrevia um rural movimentado, autárquico e, sobretudo, farto.

Com o correr do século XX, as descrições da região mudaram muito, e as características até então marcantes – a rica cultura material, a produção agrícola estável, a ativa sociabilidade rural – desapareceram dos relatos, principalmente depois dos anos 1960, quando o Jequitinhonha passou a ser descrito pelas ausências: relatório dos anos 1960 destacava os baixos indicadores sociais, diagnóstico dos anos 1970 associava a região ao “atraso”, livro dos anos 1980 informava que a população da região vivia no “paroxismo da pobreza”, autora dos anos 1990 escreveria que na região faltava saúde, energia, produção, estrada, escola e emprego.

No entanto, desde a década de 1970 o Jequitinhonha já se tornara um alvo prioritário dos programas de desenvolvimento rural, e conduzir capital para a região passara a ser o objetivo dos projetos. Foram apoiados projetos de formação de eucaliptais, cafeicultura, mineração e construção de barragens, que tiveram características comuns. Primeiro, eram focados no uso de recursos naturais que, se acreditava, eram abundantes e/ou subaproveitados; segundo, buscavam escalas elevadas de produção, excluindo dos investimentos a população do lugar, formada por agricultores familiares; terceiro, criavam poucos empregos; quarto, produziam bens primários que receberiam agregação de valor fora da região.

Grandes projetos se instalaram, amadureceram e progrediram no Jequitinhonha. Mas as mazelas socioeconômicas apontadas nos estudos que vinham da década de 1960 permaneceram tais e quais. Algumas até foram acentuadas, pois eucaliptais, barragens e mineração *encantilaram* – como se diz na região – agricultores em glebas pequenas que passaram a ser superexploradas. Então, foi tentador acreditar que o campesinato da região desapareceria, liquidado pela pressão afluente do agro/hidro/bionegócio.

Mas não foi o que se verificou. Ao contrário: entre os anos 1970 e a primeira década do século XXI, o campesinato se afirmou, cresceu sua presença no cenário político, nas instâncias de decisão de programas públicos, e o Censo

Agropecuário de 2006 revelaria o crescimento do número das pequenas unidades familiares. Isso se deveu a pelo menos três razões. Primeiro, à própria natureza permeável dos regimes agrários camponeses, que se abrigaram no autoconsumo, na solidariedade comunitária e em nichos de mercados para escapar dos atritos com a sociedade inclusiva. Segundo, à organização independente, que ganhou capacidade para disputar e se apropriar de ativos econômicos e políticos, como a direção de fundos, conselhos e programas de gestão social, incorporados ao patrimônio coletivo. Terceiro, ao reordenamento político que ocorreu nesta década, acentuando a ambiguidade dos programas públicos e fortalecendo as bases da agricultura tradicional.

Nos primeiros dez anos do século XXI, o Jequitinhonha recebeu um volume substancial de investimento público. Mas não foi apenas a quantidade de dinheiro que propiciou um novo cenário, pois as dotações da década de 1970 foram ainda mais pródigas. A diferença foi a diversificação da aplicação dos recursos: continuaram os grandes investimentos focados em recursos naturais – a UHE de Irapé e a expansão da Arcelor-Mittal são dois exemplos –, mas os recursos foram alocados também nos territórios, nos municípios, nas comunidades e nas famílias rurais.

Dez anos de mudanças qualitativas na gestão e no gasto de programas de desenvolvimento produziram mudanças quantitativas importantes, que podem ser percebidas de forma impressionista na qualidade aparente das moradias, no número de equipamentos e eletrodomésticos e no conforto das famílias rurais. Mudaram os estilos de consumo, e novos cuidados se revelam, por exemplo, no viço saudável das crianças, no *conserto* dos dentes de adultos e no zelo público e privado com a saúde da mulher. Mas os indicadores quantitativos que costumam ser usados para avaliar progresso material dificilmente conseguem captar as mudanças nesses territórios marcados por vida rural, agricultura familiar e autoconsumo. É por isto que existem as análises de “economia sem produção”, que percebem o gasto público mas não o seu resultado, às vezes surpreendente.

Este é o problema que o artigo enfrenta: seu objetivo é reunir indicadores censitários, amostrais, indiretos e qualitativos que apontam alguns resultados dos novos programas públicos para a população rural do Jequitinhonha mineiro, mostrando como quantidade se converteu em qualidade. Ao mesmo tempo, o artigo procura compreender de que maneiras a agricultura familiar se habilitou para gerir instrumentos que orientam parte dos investimentos públicos e convertê-los em ganhos de capacidades, recursos, produtos e, sobretudo, em meios de apoio para a reprodução da sociedade camponesa.

2. Metodologia e fontes

Em atividades de pesquisa e extensão universitária realizadas ao longo de duas décadas no Jequitinhonha, foi possível perceber mudanças no consumo, nas condições de vida, nas estratégias de reprodução e nas formas de aquisição de renda por parte de agricultores familiares. Estas mudanças foram percebidas de forma impressionista no contato com famílias, comunidades rurais e municípios. No correr do tempo, as observações de campo revelavam que, certamente, muitas das informações sobre a pobreza rural do Jequitinhonha resultavam mais da dificuldade para obter novos dados que propriamente de evidências contemporâneas. O Jequitinhonha foi identificado como o lugar emblemático da pobreza a partir de indicadores quantitativos; por isto que se tenta aqui explorar dados quantitativos de fontes diversas, num esforço para perceber a mudança usando a mesma abordagem que se emprega para analisar a pobreza da região.

Neste ponto, surgiram duas dificuldades. A primeira foi analisar variações ou incrementos de renda numa população rural que produz grande parte do próprio consumo. Não existe base para estabelecer comparações em termos de magnitude ou de tempo; os dados disponíveis apontam sempre para a reduzida renda em dinheiro vinda da informalidade e/ou do trabalho temporário noutras regiões. Embora o autoconsumo

possa ser precificado, este procedimento traz dois riscos: a) provoca distorção das informações quantitativas por conta de sazonalidade, tamanho da família e condições de acesso a terras de qualidade e tamanho diferentes; b) proporciona desconforto cultural, pois agricultores não consideram como “renda” os bens que vão da lavoura para a mesa. A segunda dificuldade foi lidar com intervalos censitários que nem sempre coincidem precisamente com as transformações verificadas nas conjunturas econômicas, com maiores empenhos de diferentes governos e com níveis diversos de gastos com programas públicos.

Frente às dificuldades, a opção foi empregar, cautelosa e criticamente, dados de fontes diversas referentes a espaços geográficos às vezes desiguais, mas que procuram compor uma narrativa coerente da relação entre programas públicos, consumo e condições de vida dessa população rural na primeira década do século XXI. A análise buscou compatibilizar séries temporais e indicadores sociais com estudos etnográficos sobre os sujeitos da pesquisa. Assim, os fenômenos sociais não foram tratados a partir do quadro fixo revelado pelos dados, mas, ao contrário, foram entendidos como processos e parte de uma dinâmica temporal. Desse modo, os dados estatísticos revelaram preciosos fotogramas de situações específicas, mas suas imagens foram também interpretadas à luz de informações originadas de etnografias.⁷

No artigo foram usadas, então, quatro fontes distintas.

A base originária dos dados foram os Censos Demográfico e Agropecuário. Os períodos em que foram realizados – Demográfico em 2000 e Agropecuário em 1996 e 2006 – talvez não sejam os melhores para revelar nuances de conjuntura e efeitos dos programas públicos do decênio: em 2006, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) apenas começava a se disseminar na região sob a liderança do Banco do Nordeste do Brasil, o programa Territórios

Rurais dava seus primeiros passos, e o Programa “Leite pela Vida” era um ensaio. Foi necessário, então, recorrer a outras fontes.

Para isso, foram consultados estudos acadêmicos e diagnósticos sobre a agricultura familiar do vale do Jequitinhonha. Embora essas pesquisas, em geral, contenham informações muito localizadas que nem sempre dialogam com dados censitários, costumam apresentar informações preciosas sobre contextos locais e específicos que escapam ao foco dos censos. Além de estudos sistemáticos, foram utilizadas informações de jornais e de casas comerciais.

A terceira fonte de dados foi uma pesquisa realizada entre outubro e dezembro de 2010 com 225 famílias de agricultores escolhidas por sorteio em comunidades rurais localizadas em setores censitários também sorteados, distribuídas por municípios que apresentavam alguns dos indicadores socioeconômicos mais críticos da região: Novo Cruzeiro, Itaobim, Cachoeira do Pajeú, Pedra Azul, Araçuaí, Francisco Badaró, Virgem da Lapa, Jenipapo de Minas e Chapada do Norte. Na pesquisa foram levantados dados sobre bens, patrimônio material, bem-estar, segurança alimentar e acesso a programas públicos.

Por fim, foram usadas informações qualitativas derivadas de etnografias feitas por equipes coordenadas pelos autores sobre o campesinato do Jequitinhonha, procurando ajustar a perspectiva ampla dos dados quantitativos à perspectiva específica e qualificada da cultura territorial. Assim, se buscou matizar os dados pelas suas circunstâncias, interpretando dados primários e secundários à luz de particularidades e atitudes culturais dos sujeitos analisados, que respondem de maneira peculiar aos programas públicos e às demandas de mercado.

As partes seguintes do texto apresentam resultados, analisando inicialmente a abrangência dos programas compensatórios e alguns de seus efeitos socioeconômicos; em seguida são analisadas as singularidades da produção agrícola e seus destinos, para depois comentar as relações entre programas, agricultura familiar, condições de vida e consumo de bens duráveis.

7. Sobre a relação entre etnografia e dados quantitativos, consultar Elias (2000), particularmente páginas 58-9.

Por fim, o artigo apresenta algumas considerações sobre mudanças na política pública e na participação do campesinato.

3. Resultados e discussão

O Vale do Jequitinhonha fica a nordeste de Minas Gerais, numa área coberta por catingas, cerrados e mata atlântica distribuídos por montanhas, chapadões e grandes vales abertos, situados na maior parte no domínio do Semiárido. Nesta variedade de clima, paisagens e biomas, existem diversos sistemas agrícolas e regimes agrários, mas prevalece em quantidade a pequena unidade familiar conduzida por agricultores que geralmente são definidos pelos pesquisadores como *camponezes* ou *agricultores tradicionais*, e que costumam se autodefinir como agricultores familiares ou *lavradores*, que usam a terra em sistemas de *lavouras de tocos* ou de pousio, produzindo *mantimentos* para autoconsumo, trocas vicinais e circuitos urbanos curtos de comercialização⁸.

Nesta, como em outras sociedades camponezas, o conceito de família é associado ao domínio da terra que se herda, explora, molda e reproduz. De acordo com a definição da Galizoni (2007), o camponês do Jequitinhonha *constrói* ao mesmo tempo o *sítio*, o costume e a descendência. Como são muito restritas as condições para formar *terreno* e família na região, a migração sazonal é um fenômeno recorrente durante a juventude e os primeiros anos depois do casamento. É por esse meio, aparentemente externo, que este campesinato se afirma na terra e cria as condições para a produção autônoma de uma pauta agrícola específica, que sai das lavouras, de campos, pastos, *terreiros* e engenhos, que é parte de costumes alimentares adaptados às condições ambientais e materiais e expressa a cultura material da região. Ao produzir seu próprio alimento – e, como dizem, ao comer *feijão de si mesmo* –, afirmam ao mesmo tempo a

efetividade do domínio da terra, o sucesso na unidade produtiva e a força cultural da pauta alimentar regional. O convívio nas redes comunitárias e familiares, a exploração da terra e de seus recursos, o consumo diário e abundante de alimentos são a base da noção êmica de segurança alimentar, bem-estar e boas condições de vida.

Evidentemente esses patamares camponeses de qualidade de vida não coincidem com outros patamares que vigoram na sociedade inclusiva. Mas expressam um padrão local e ideal de acesso a recursos: dispor de terras, do teto sólido de uma casa de alvenaria e, principalmente, de acesso à água, à tulha cheia de mantimentos, à farinheira e ao engenho que moem durante a estação da seca para garantir os alimentos na quantidade e qualidade para satisfazer às necessidades da família e ao gosto dos mercados mais próximos. Estes padrões locais estão, certamente, muito aquém dos níveis de consumo da sociedade inclusiva.

Porém, diversos autores, clássicos dos estudos sobre desenvolvimento, já observaram que os patamares de consumo devem ser relativizados porque dependem do conjunto de recursos, da cultura, da sociabilidade e das escolhas da sociedade. Ignacy Sachs notou que o conceito de desenvolvimento e bem-estar deve ser compreendido numa dimensão local, plural e multidimensional, e o próprio uso de recursos deve depender da relação de solidariedade entre as gerações. Celso Furtado indicava que a civilização industrial exigira a escolha entre o bem-estar para muitos com níveis reduzidos de consumo e o consumo elevado beneficiando poucos; por isso, sugeria pensar desenvolvimento à luz das características regionais, tomando como base níveis de renda e consumo adaptados às referências locais e culturais. E Amartya Sen foi um autor que radicalizou definitivamente esta perspectiva ao indicar que níveis elevados de renda e consumo não se traduzem necessariamente em qualidade de vida, longevidade, saúde e felicidade⁹.

8. Para uma definição de camponês, ver Martins (1981); sobre a autodefinição de populações tradicionais, ver Cunha e Almeida (2000); sobre *lavradores* do Jequitinhonha, consultar Galizoni (2013) e Ribeiro (2013).

9. Sobre a reconceituação de desenvolvimento na perspectiva da cultura, da qualidade e das condições de vida, consultar Sachs (1986), Furtado (1993), Nussbaum e Sen (1993) e Sen (2000).

O que aconteceu no Jequitinhonha quando os programas públicos distributivos incidiram sobre um padrão cultural específico de consumo? Programas públicos são, aparentemente, ações racionais e objetivas que pretendem influir sobre uma realidade dada. No entanto, ao aplicá-las, os resultados costumam ser imprevisíveis e suas dimensões podem ultrapassar o planejado. Conforme observaram Muller (2002) e Muller e Surel (2010), além de formuladores não serem capazes de ponderar o alcance efetivo das políticas, costumam revisá-las ao longo da execução, e os programas também passam a ser refeitos pelos beneficiários, num processo de aprendizado coletivo que desemboca em resultados diferentes do que foi planejado. É nesta perspectiva que será analisada, a seguir, a convergência entre programas distributivos e uma população específica.

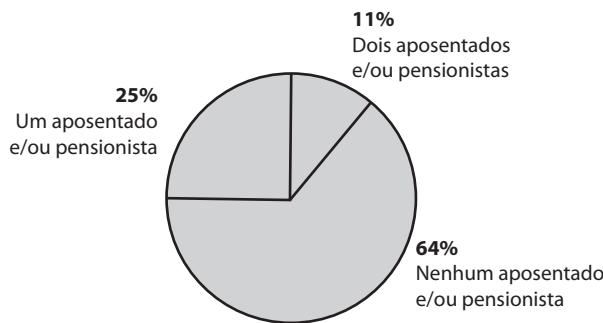
3.1. População e programas de transferência de rendas

Dois programas públicos atenderam amplamente à população rural do Jequitinhonha na primeira década dos anos 2000: as pensões e aposentadorias pagas pelo Ministério da Previdência Social e o Bolsa Família, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

O primeiro deles é, certamente, o programa público que mais distribui recursos na região. Aposentadoria é associada à idade, e no Brasil está ocorrendo um processo rápido de envelhecimento (DELGADO e CARDOSO, 1999; DELGADO, 2000;

BERQUÓ e BAENINGER, 2000; WONG, 2001; WONG e CARVALHO, 2006). No meio rural do Jequitinhonha o fenômeno parece ocorrer numa velocidade superior à média do País devido, primeiro, às frequentes emigrações definitivas de jovens não herdeiros das unidades camponesas (AUGUSTO, 2003; RIBEIRO, 2013; GALIZONI, 2007); segundo, às migrações de retorno dos naturais do lugar que emigraram para as metrópoles do Sudeste nos anos 1960/1970 e fizeram o caminho de volta a partir dos anos 1990 (RIBEIRO e CARVALHO, 1999). Pesquisas indicam que o percentual de idosos no total da população brasileira é de 8,60% (WONG e CARVALHO, 2006); em municípios do Jequitinhonha como Itinga (9,82%) e Araçuaí (9,06%), a participação dos idosos na população chega perto de 10% do total (IRMS, 2010). Além disso, o número de aposentados e pensionistas no meio rural da região tende a ser maior graças à ação capilar dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que agilizam os processos e garantem a aposentadoria da mulher rural aos 55 anos e do homem aos 60 anos. Aposentado, o/a lavrador/a contará com renda monetária contínua que, na maior parte das vezes, será mais elevada que aquela que auferira ao longo da vida ativa. No rural da região, onde as famílias contam em média com 4,5 membros, pensionistas e aposentados alcançam quase 12,5% da população: 1 em cada 8 pessoas. A Figura 1, abaixo, apresenta a distribuição de aposentados e pensionistas e revela que em 1/3 das famílias rurais pesquisadas existe pelo menos um aposentado ou pensionista.

Figura 1. Vale do Jequitinhonha: presença de aposentados e/ou pensionistas nas famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Tabela 1. População atendida pelo Bolsa Família como percentual da população total em municípios selecionados do Jequitinhonha, Minas Gerais e Brasil, 2007

Município ou instância	Famílias beneficiárias em percentual (%)
Araçuaí	44,26
Turnalina	45,71
Minas Novas	41,60
Minas Gerais	23,57
Brasil	25,00

Fonte: IMRS/Fundação João Pinheiro, 2010; Portal da Cidadania.

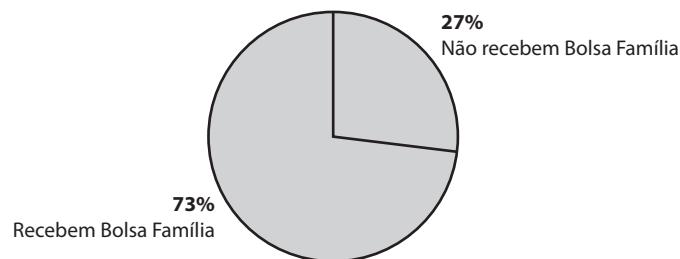
Outro programa público disseminado na região é o Bolsa Família, que distribui entre 10 e 20% do valor do salário mínimo, quase sempre para mulheres adultas e geralmente mais jovens (ROCHA, 2011). Nos municípios do Jequitinhonha, o programa tem expressão superior às médias de Minas Gerais e Brasil, conforme a Tabela 1.

Os dados da Tabela 1 se referem ao conjunto do rural e urbano dos municípios. Computada apenas a área rural, a presença do programa se torna mais expressiva que a média do município, conforme a Figura 2, e se percebe que o programa público atende quase 3 em cada 4 famílias.

O elevado número de aposentados e pensionistas e a expressiva cobertura do programa Bolsa Família criaram um afluxo de renda monetária disseminado e contínuo nessas áreas rurais. E um detalhe importante precisa ser destacado: a maioria dessa população tem acesso à terra. Muitas vezes, esse acesso é precário, principalmente no Médio e Baixo Jequitinhonha, onde há presença significativa de moradores agregados

nas grandes fazendas. Outras vezes, têm acesso a áreas muito reduzidas, e isto é agravado pelo fato de ser terra de topografia movimentada e pouca fertilidade natural. Isso é corrente no complexo grotas/chapadas do Alto Jequitinhonha, onde o módulo fiscal alcança 40 hectares, mas a área média dos estabelecimentos familiares chega a apenas 21,75 hectares, ocupa 3,85 trabalhadores (INCRA/FAO, 2000), e como esses *sítios* incorporam 2/3 de terras de *campos* – que não têm uso agrícola –, cada família dispõe, em média efetiva, de pouco mais de 7 hectares para moradia, lavoura e criação de animais. Outras vezes, ainda, o acesso à terra de plantio é sazonal, como ocorre nas áreas geridas em comum por populações quilombolas, indígenas e tradicionais. Mas, qualquer que seja, o acesso assegura o plantio de verão – a *lavoura das águas* – e os cultivos de inverno, ou plantios de *lubrina* ou *santana*, que usam técnicas costumeiras e não implicam em qualquer despesa além do gasto da força de trabalho familiar. Essas lavouras garantem pelo menos a *comida*, os cereais básicos, para todo o ano.

Figura 2. Jequitinhonha: famílias rurais que recebem benefícios do programa Bolsa Família nos municípios pesquisados, em percentual, 2010



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Quando aposentadorias e Bolsa Família atendem famílias com terra, o primeiro efeito relevante é o crescimento e estabilização da renda monetária. Muitas vezes, esses programas representaram mesmo a primeira oportunidade de dispor de renda em dinheiro na própria região, pois parte dessas famílias costumava e ainda costuma buscar dinheiro nas migrações sazonais para o Sudeste, principalmente para os canaviais de São Paulo e a cafeicultura do Sul de Minas Gerais (AMARAL, 1988; GALIZONI, 2007). Mas, em seguida, a combinação de renda em dinheiro com produção de autoconsumo garantiu a estabilidade alimentar.

3.2. Renda em dinheiro e segurança alimentar

As consequências dos programas compensatórios sobre as estratégicas camponesas vão além da garantia de renda em dinheiro. Na verdade, incidem sobre um momento delicado no ciclo de reprodução familiar ao eliminar o costumeiro hiato sazonal de consumo das famílias camponesas do Jequitinhonha e de parte do Sudeste brasileiro. Este hiato é um período de escassez que ocorre no meio do *tempo das águas*: o estoque de alimentos colhidos entre fevereiro e abril, resultado da última safra de verão e armazenado no pão, costuma acabar por volta de dezembro, e a família pode enfrentar a escassez até janeiro/fevereiro, quando amadurecem os primeiros frutos da lavoura. Este período de 30 a 60 dias é conhecido no Alto Jequitinhonha – um tanto ironicamente, numa alusão à circulação da bandeira do santo – como *giro do divino*, porque em dezembro/janeiro as famílias com despesas vazias peregrinavam pelos sítios buscando serviço, vendendo animais, bens ou, no limite, pedindo comida. As transferências públicas asseguraram o dinheiro para alimentação e acabaram com o *giro*. A família não passa mais por um período anual de insegurança alimentar e, principalmente, por suas piores consequências: o endividamento, o empobrecimento provocado pela migração não planejada e o trabalho aviltante nas fazendas das vizinhanças – conhecido como *macaco*, situação

em que o trabalhador recebe a paga pela jornada de trabalho em alimentos, levando para casa apenas o *de-comer*¹⁰.

Além disso, protegida pelas transferências, a família não perderá patrimônio e não venderá às pressas animais ou ativos acumulados no correr dos anos. Parece pouco, mas não é. No desenho das suas estratégias de reprodução, lavradores do Jequitinhonha hierarquizam claramente os bens que serão vendidos nas situações de *aperto* sazonal: começarão vendendo as *criações*, e entre estas vão primeiro as aves, depois os porcos, depois os bovinos; passarão em seguida aos *animais*: jumentos, cavalos e burros de serviço; irão, por fim, vender ativos fixos: *gangorras*, tachos, engenhos e moendas (GALIZONI *et al.*, 2008). O sacrifício desses bens em períodos repetidos de escassez liquidava com patrimônios construídos durante anos de *labuta* em lavoura, feira, migração sazonal e poupança.

Os programas de transferência asseguraram o alimento na crise, se tornaram meios de evitar *botar fora* patrimônio e realimentaram a produção da lavoura de autoconsumo. A roça da família é feita numa área de terra escolhida de acordo com critérios locais fundamentados no conhecimento dos recursos naturais, e acumula maior ou menor fertilidade natural dependendo da possibilidade de alongar mais ou menos os períodos de pousio ou *descanso*. A lavoura no tempo da chuva produz mandioca, milho e *miunças* como abóbora, melancia, quiabo, além dos feijões – andu, *gurutuba* e *de arranque* (o feijão comercial, *Phaseolus vulgaris*, L., Leguminosae); no tempo da seca ou das *lubrinas* a lavoura produz principalmente feijão *de arranque*, e a dieta é completada pela produção das hortas e pomares (GALIZONI, 2007; NORONHA e RIBEIRO, 2007; RIBEIRO, 2013).

A Tabela 2 apresenta informações sobre o destino da produção de agricultores familiares e revela como o fenômeno do autoconsumo é generalizado no Jequitinhonha, abrangendo no mínimo 45,4% dos produtores em Pedra Azul,

10. Sobre o *tempo do macaco* no Jequitinhonha, consultar Amaral (1988); sobre o ciclo produtivo da agricultura familiar na região, ver Galizoni (2007) e Noronha e Ribeiro (2007).

Tabela 2. Vale do Jequitinhonha: destino da produção agrícola entre famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010

Município	Autoconsumo exclusivo (%)	Venda exclusiva (%)	Autoconsumo e venda (%)
Novo Cruzeiro	71,10	2,30	26,60
Itaobim	61,10	0,00	38,90
Cachoeira do Pajeú	65,30	0,00	34,70
Pedra Azul	45,40	0,00	54,60
Araçuaí	63,20	0,00	36,80
Francisco Badaró	80,00	0,00	20,00
Virgem da Lapa	80,00	0,00	20,00
Jenipapo de Minas	79,00	0,00	21,00
Chapada do Norte	81,20	0,00	18,80
Média	69,88	0,57	29,55

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

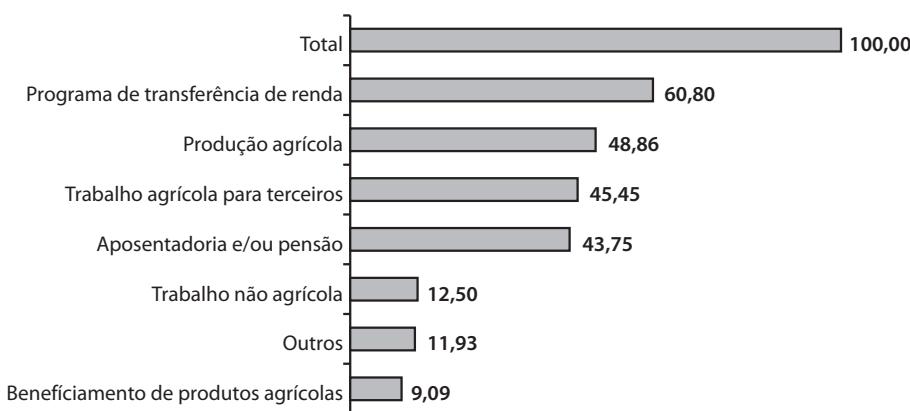
ao máximo de 81,2% do total de produtores em Chapada do Norte. A combinação entre autoconsumo e venda da produção em mercados locais é a segunda alternativa mais frequente. A precificação revelou que, no Jequitinhonha, o autoconsumo representava algo entre 26% e 40% de um salário mínimo mensal (RIBEIRO, 2007).

As informações da Tabela 2 são complementadas pela Figura 3. Esta revela que os programas de transferência – notadamente o Bolsa Família – são as fontes de renda mais generalizadas; em seguida estão as vendas da produção agrícola, o trabalho para terceiros e as aposentadorias e pensões. Essas quatro alternativas garantem renda em dinheiro para quase 90% das famílias pesqui-

sadas. Duas destas fontes são programas públicos; duas outras são propriamente agrícolas ou tradicionalmente agrícolas: produção e venda de produtos, trabalho assalariado na agricultura.

Embora não exista linha de base que permita comparação, pesquisas recentes mostram a composição da alimentação da população rural do Jequitinhonha. O que se percebe é que o campesinato da região se alimenta melhor que a média da população urbana do Brasil, em parte graças ao autoconsumo. O Quadro 1, a seguir, revela a composição da dieta daqueles que dispõem de terra e benefícios de programas públicos, mostrando média de quatro refeições diárias, incluindo alimentos diversificados e produzidos pela família.

Figura 3. Vale do Jequitinhonha: principais fontes de renda em dinheiro das famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010



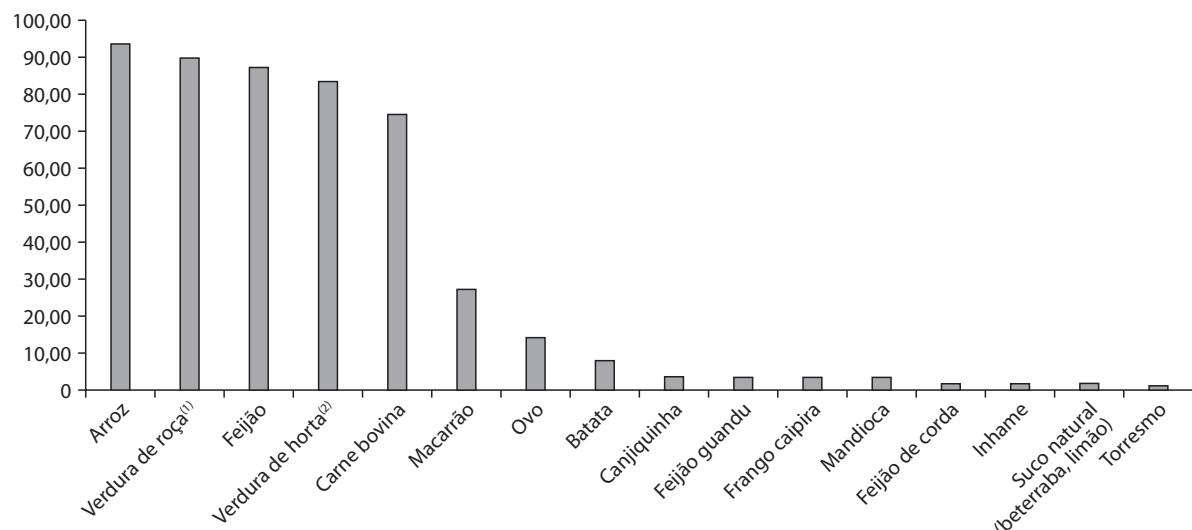
Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Quadro 1. Vale do Jequitinhonha: composição da pauta alimentar média de famílias rurais dos municípios de Turmalina, Veredinha e Minas Novas, 2010

Refeição	Composição mais frequente
Tira-jejum, <i>tirijum</i> ou desjejum	Café, leite, pão caseiro, biscoito, broa, queijo, mandioca cozida, requeijão, ovo.
Almoço	Feijão, arroz, carne, verdura crua ou cozida em <i>molho</i> .
Merenda	Café, leite, quitanda, mandioca cozida.
Jantar	Mesmo cardápio do almoço, com alimentos de fácil digestão

Fonte: Galizoni (2010).

Figura 4. Vale do Jequitinhonha: frequência de participação de alimentos, em percentual, no almoço de famílias de seis comunidades rurais, 2010



(1) Quiabo, maxixe, abóbora; (2) Folhosas, cenoura, legumes em geral.

Fonte: Galizoni (2010).

Dados da mesma pesquisa ilustram a Figura 4, mostrando que arroz, feijão e carne participam em mais de 90% dos almoços, acompanhados por outros alimentos igualmente nutritivos. Alimentos da própria lavoura familiar representam parte elevada do consumo, associados a produtos trocados e comprados, com menor proporção na dieta.

3.3. Mercados locais e processamento agroindustrial

Nesse ponto as estratégias de reprodução camponesas se encontram com os programas distributivos. A produção agrícola garante a alimentação diária, quase sempre farta e diversificada. Os programas públicos distribuem recursos para

mulheres, via Bolsa Família, e para idosos, via apontadoria. Mulheres e idosos gerem o orçamento doméstico da mesma maneira: privilegiando a alimentação e garantindo as condições de existência da família. Com dinheiro, aposentados e mulheres contribuíram para fortalecer os mercados locais.

No Jequitinhonha, o alimento vindo da lavoura ou beneficiado na indústria doméstica rural é considerado mais *forte*, mais *sadio* e mais *limpo*; enfim, mais adequado. A elevação ou a aquisição de renda em dinheiro por idosos e mulheres fortaleceu circuitos locais de comercialização associados à agricultura familiar: feiras livres e indústria doméstica rural.

Os recursos alocados por programas públicos na agricultura familiar do Jequitinhonha

não eliminaram a relação perversa entre mercados e pequenos produtores (MALUF, 2004; WILKINSON, 2008; VAN DER PLOEG, 2008), que permaneceram restritos aos mercados locais e aos nichos específicos, como artesanato e agroindústria doméstica. Mas, ponderada essa restrição estrutural, os camponeses puderam redesenhar suas estratégias de produção e comercialização porque, além de contar com os incrementos de consumo vindos da elevação da renda monetária originária dos benefícios, passaram a dispor de um conjunto de programas de apoio à produção. Mais que oferecer recursos, esses programas estimularam ao mesmo tempo a produção e o consumo locais, “fechando” circuitos de pequenos negócios. Este é o caso do programa “Leite pela vida”, gerido pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene), com recursos do programa Fome Zero e do governo de Minas Gerais, que compra de *pronafianos* para distribuir nas áreas de insegurança alimentar da região; do programa de Aquisição de Alimentos, gerido pela Conab/Mapa, que compra de camponeses para distribuir entre organizações sociais da região; do programa Um Milhão de Cisternas, gerido pela rede de organizações da sociedade civil Articulação do Semiárido (ASA), que descentraliza a oferta de água por meio de cisternas construídas com força de trabalho das próprias localidades. A combinação entre incremento de renda monetária, ações locais/territoriais e participação política camponesa permitiu que, num movimento quase imperceptível, camponeses ingressassem em programas que incrementaram consumo, melhoria e ampliação da produção. Essa década, marcada pela universalização dos programas governamentais, viu surgir um novo dinamismo nos mercados locais.

Na agricultura tradicional, o essencial é assegurar a reprodução familiar; assegurada esta, a parte não consumida do dinheiro originário de vendas, trabalho para terceiros ou programas públicos é considerada excedente e costuma se transformar em pequenos animais, grandes animais e, por fim, em imóveis – bens *mais parados*, como definem os bens imobilizados. Esse con-

junto de bens apóia a produção, contribui para elevar a renda monetária e, novamente, o consumo e o investimento dessas famílias. Os acréscimos de renda vindos de programas públicos na região alimentaram a produção e o consumo nos mercados locais, e isso se percebe no crescimento das redes de trocas de produtos agrícolas, no crescimento dos consumidores nas feiras livres e no destino da produção da agroindústria rural¹¹.

É preciso notar que esse movimento não é apenas econômico: tem também um forte componente político. Antes da dinamização de programas, já existia uma atuação camponesa que fortalecia as organizações de base – associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, grupos de trabalho de comercialização. Um dos esforços feitos por essas organizações desde os anos 1990, talvez o maior esforço, foi para “construir” mercados, ou seja, descobrir e ocupar espaços e pontos de venda, agregar valor à produção agrícola, criar vínculos estáveis com os consumidores. Existem na região notáveis casos de sucesso, como as associações de apicultores, os polos de excelência do artesanato em argila e da indústria doméstica. O esforço para construir mercados foi combinado com a ocupação de espaços políticos na gestão de novos projetos, conquistados numa disputa travada no âmbito dos conselhos de desenvolvimento, dos programas territoriais e das secretarias municipais, e compreendeu também a criação de estruturas de suporte, como redes de informação, assistência técnica adaptada e fundos rotativos de crédito. Esses movimentos devem ser lidos também à luz da emergência política de povos tradicionais, que, entre outras causas, trouxe à tona a valorização da pauta produtiva e da dieta locais, a necessidade de reduzir a pegada ecológica e a afirmação da soberania alimentar; na medida em que essas causas se sedimentaram, estimularam

11. Sobre gestão de orçamentos camponeses, ver Sigaud (1979), Herédia (1979), Garcia Jr. (1991) e Woortmann e Woortmann (1997); sobre estratégias de reprodução, ver Schröder (2004) e Ribeiro e Galizoni (2007).

Tabela 3. Vale do Jequitinhonha: participação total e percentual dos consumidores da feira na população de municípios selecionados, 2007

Município	Consumidores presentes na feira	Número de membros das famílias consumidoras	Total de consumidores atendidos pela feira	População total do município	População atendida pela feira (%)
Veredinha	336	4,19	1.408	5.541	25,41
Carbonita	719	3,69	2.653	9.452	28,07
Berilo	491	4,36	2.141	12.819	16,70
F. Badaró	607	4,01	2.434	10.357	23,50
Virgem da Lapa	1.544	3,87	5.975	13.513	44,22

Fonte: Ribeiro (2007).

Tabela 4. Vale do Jequitinhonha: destino da produção de farinha de mandioca, polvilho, rapadura, queijo e requeijão, em percentual, 2006

Produto/Destino	Farinha de mandioca	Farinha de milho	Queijo e requeijão	Rapadura
Vendido para cooperativas, indústria, integradora ou governo	0,00	0,00	0,65	0,00
Vendido para intermediários	18,93	0,00	35,32	18,98
Venda direta ao consumidor	47,46	82,14	61,16	47,59
Consumido no estabelecimento	33,61	17,86	2,87	33,43
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

abertura de pontos de comércio nos mercados de municípios basicamente rurais¹².

As feiras livres são emblemáticas desses mercados locais dos municípios rurais, porque associam pauta produtiva local, costumes alimentares e cultura material. Feiras são bastante impermeáveis às mudanças econômicas gerais e não são reguladas apenas pelas normas que vigoram nos grandes mercados, mas pautadas pela particularidade, solidariedade, complementaridade e informalidade das relações locais¹³. No Jequitinhonha, as feiras respondem por parte importante do abastecimento com produtos locais, conforme a Tabela 3, que aponta o atendimento de algo entre 16,70% e 44,22% da população total, considerando o número de consumidores e de membros de suas famílias nesses municípios selecionados.

12. Sobre construção de mercados para agricultores, consultar Maluf (2004) e Wilkinson (2008); sobre a organização da comercialização no vale do Jequitinhonha, ver Ribeiro (2007).

13. Polanyi (1980) observava que as feiras europeias conservaram por séculos seu caráter restrito; a integração da Europa pós-revolução industrial e a circulação mercantil passaram ao largo das feiras, que são facetas específicas, econômicas e culturais, dessas sociedades.

A Tabela 4, apresenta informações sobre os bens da indústria doméstica rural, produtos de maior valor agregado da agricultura familiar da região. A segunda linha da Tabela revela a parcela da produção vendida para cooperativas, indústrias, empresas integradoras e mercados institucionais. Naqueles que podem ser denominados como produtos tradicionais da indústria doméstica rural (farinha de mandioca, farinha de milho, queijo, requeijão e rapadura) e referências em termos de soberania alimentar, os canais de comercialização cooperativos, integrados ou institucionais não chegam a absorver 1% da produção. E os canais mais usuais de destino da produção são: i) o intermediário - que geralmente é o comerciante próximo, o dono da banca no mercado ou *mercadante*, o dono da venda ou, por fim, o parente que recebe em consignação a produção do vizinho para levar até a feira - conforme se nota na terceira linha; ii) o consumidor direto, e aí se trata principalmente da feira livre, e secundariamente dos processos comunitários de circulação de bens com a venda de porta-em-porta, na quarta linha; ou, finalmente, iii) o autoconsumo, que responde

por uma parcela importante do consumo desses produtos, variando de 2,87%, no caso dos produtos mais sofisticados como queijo e requeijão, a 33,61% no caso da farinha de mandioca, o produto mais cotidiano e autoconsumido. Intermediários, venda direta ao consumidor em mercados próximos e circuitos curtos, ou autoconsumo: esses três canais responderam pelo consumo de quase 100% dos produtos da indústria doméstica do Jequitinhonha, revelando que produtos tradicionais têm um destino também “tradicional”.

A participação elevada do autoconsumo, mercados locais e intermediários costuma ser interpretada como um problema na comercialização agrícola. No entanto, alguns autores como Herédia (1979), Garcia Jr (1991) e Van der Ploeg (2008) reconsideram essa perspectiva, indicando que autoconsumo, antes de representar falta de alternativas, é um componente essencial na estratégia de reprodução de agricultores familiares. O vigor com que produtos da indústria doméstica se inserem no autoconsumo e em mercados tradicionais do Jequitinhonha pode ser interpretado por essa ótica: revela que esses lavradores descobriram a possibilidade de ampliar ao mesmo tempo a renda e os fundamentos da sua cultura material, aproveitando a maré montante de consumo desencadeada pela elevação do poder de compra vindas de programas públicos. E, numa perspectiva de longo prazo, na medida em que se consolidam em mercados locais, fortalecem nichos

onde ficarão protegidos se houver desmontagem dos programas que na última década sustentaram as rendas e animaram esses mercados.

Então – com terra própria, dinheiro vivo de transferências, produção para autoconsumo e venda em mercados locais – esses lavradores partiram para novas conquistas: aumentar o bem-estar da família e o consumo de bens duráveis.

3.4. Bem-estar e consumo de bens duráveis

As principais evidências de melhoria das condições materiais e elevação do consumo de bens duráveis na região são indiretas. A primeira delas é o crescimento do número de pontos de vendas de bens duráveis, a ponto de, praticamente, todas as cidades de 5 e 10 mil habitantes terem uma loja de eletrodomésticos; uma rede de varejo de bens duráveis, “Eletrozema”, mantém lojas em 15 dos municípios do Jequitinhonha. Lufa, povoado de 200 habitantes, distrito do município de Novo Cruzeiro, dispõe de duas lojas de eletrodomésticos. Vendinhas, povoado de 30 casas no município de Capelinha, conta com loja de revenda de computadores e casa digital que expõe aos passageiros os aparelhos portáteis em oferta. Evidente que, se existe rede de varejo e vendedores, os consumidores devem estar por ali.

Outra evidência geral é fornecida pela evolução da frota de veículos. Os dados da Tabela 5, divulgados pelo Departamento de Trânsito

Tabela 5. Minas Gerais: taxas de crescimento da população e da frota de veículos em municípios-polos entre 2000/2010

Município	Crescimento População	Crescimento Frota
Juiz de Fora	15,30	72,30
Belo Horizonte	9,50	92,00
Governador Valadares	6,50	96,30
Divinópolis	17,40	96,40
Varginha	11,70	100,90
Patos	12,80	105,00
Uberlândia	26,50	106,30
Teófilo Otoni	0,80	107,30
Montes Claros	18,30	121,00
Paracatu	11,00	151,00
Média MG	-	95,60
Média nordeste/norte/noroeste	-	126,43

Fonte: Detran/MG; jornal *Estado de Minas*, 04 jul. 2010.

de Minas Gerais (Detran/MG), para o período 2000/2010, revelam que ocorreu notável crescimento no número de automóveis, que praticamente dobrou em quantidade na década, num ritmo muito mais expressivo do que o crescimento da população. Nos três municípios-polos do norte, nordeste e noroeste de Minas Gerais – Montes Claros, Teófilo Otoni e Paracatu, que polarizam os territórios deprimidos mineiros: Norte, Jequitinhonha, Mucuri e Alto-Médio São Francisco – a frota de automóveis cresceu mais que nos demais municípios e mais do que a média de Minas Gerais.

Existem também evidências diretas que são comparáveis ao longo do tempo e indicam objetivamente a melhora das condições materiais da população rural do Jequitinhonha. A Tabela 6, abaixo, compara dados do Censo Demográfico de 2000 e de pesquisa de campo de 2010 sobre energia elétrica, água e banheiros em domicílios. Os dados revelam, primeiro, a evolução positiva de todos os indicadores, que ficam mais destacados quando se considera que as informações de 2000 se referem ao conjunto do município, inclusive área urbana onde é maior a oferta de serviços e bens, e os dados de 2010 se referem exclusivamente às áreas consideradas deprimidas de agricultura familiar. Os dados de 2010 indicam que mais de 90% das famílias rurais pesquisadas dispõem de energia elétrica, mais de 80% delas têm água dentro de casa e mais de 60% têm banheiro

em casa. Essa melhoria de condições materiais se deve em parte aos programas de universalização da eletrificação rural que deram as condições para compra de geladeira, TV e outros eletrodomésticos. A melhora se deve também aos programas de convívio com o semiárido que, desde o começo dos anos 2000, construíram mais de 300 mil caixas de captação de água de chuva. Além disso, se deve à elevação da renda monetária que permitiu melhorar residências e incorporar confortos inexistentes no ano 2000.

Nas áreas rurais, esses equipamentos produzem efeitos que vão além do conforto material, da sanidade e do bem-estar, pois têm grande influência na redução da penosidade das tarefas domésticas. Tendo água e energia em casa, as mulheres não precisam mais carregar potes na cabeça por distâncias que às vezes ultrapassavam o quilômetro, e não se deslocam mais para lavar roupa em rios e córregos. Esses dados indicam conforto material, mas também liberação de pessoas de ocupações penosas e melhoria objetiva na vida doméstica cotidiana.

A Tabela 7 apresenta informações sobre o acesso a bens de consumo duráveis pela população rural pesquisada no Jequitinhonha. Os dados apontam disseminação do uso de fogão a gás e geladeira, presentes em aproximadamente 80% dos domicílios rurais. Telefone, geralmente telefone móvel, apresenta distribuição desigual: atende mais de 90% dos pesquisados em Pedra

Tabela 6. Vale do Jequitinhonha: indicadores materiais em domicílios dos municípios (2000) e nas famílias rurais (2010) em municípios selecionados, em percentual

Município	Energia Elétrica (%)		Água em casa (%)		Banheiro dentro da casa (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Novo Cruzeiro	57,82	97,73	31,29	71,17	43,46	57,74
Itaobim	88,64	83,32	83,32	83,33	76,08	55,50
Cachoeira do Pajeú	76,91	100,00	54,29	78,25	42,70	60,86
Pedra Azul	79,89	100,00	68,95	81,83	72,78	72,73
Araçuá	80,00	84,21	61,86	84,21	67,74	47,35
Francisco Badaró	68,13	100,00	68,69	100,00	45,02	80,02
Virgem da Lapa	71,17	95,02	66,16	80,00	69,95	90,00
Jenipapo de Minas	47,64	94,74	50,18	89,42	35,69	63,15
Chapada do Norte	53,36	100,00	40,63	100,00	39,97	68,73
Média Jequitinhonha	–	94,88	–	81,82	–	63,61

Fonte: Jequitinhonha: Censo Demográfico 2000; pesquisa de campo, 2010.

Tabela 7. Vale do Jequitinhonha: indicadores de consumo de bens duráveis por famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010

Município	Fogão a gás (%)	Geladeira (%)	Telefone (%)	Automóvel (%)	Motocicleta (%)
Novo Cruzeiro	82,20	75,50	4,40	15,50	55,50
Itaobim	83,30	66,60	66,60	16,60	44,40
Cachoeira do Pajeú	82,60	82,90	30,40	21,70	8,60
Pedra Azul	72,70	90,90	90,90	27,20	27,20
Araçuaí	94,70	57,80	52,60	0,00	26,30
Francisco Badaró	80,00	80,00	0,00	0,00	40,00
Virgem da Lapa	100,00	95,00	15,00	15,00	80,00
Jenipapo de Minas	94,70	78,90	21,00	10,50	47,30
Chapada do Norte	87,50	87,50	6,20	18,70	56,20
Média Jequitinhonha	86,9	78,40	27,80	14,70	44,80
Média Brasil	—	83,44	39,18	32,73	—

Fonte: Pesquisa de campo (2010); IBGE (2011).

Azul e menos de 5% em Novo Cruzeiro. Essa desigualdade de distribuição certamente se deve mais à ausência de sinal telefônico nessas áreas onde o consumo é mais reduzido que propriamente a dificuldades para aquisição. Automóveis, bens duráveis por excelência, estão presentes em aproximadamente 15% dos domicílios, e as motocicletas – bens de consumo especialmente prezados por agricultores familiares – aparecem em quase 50% dos domicílios pesquisados, chegando a 80% em alguns municípios.

A disseminação de bens duráveis se associa também à persistência da migração sazonal de jovens que, conforme a percepção de sindicalistas, parece ter se acentuado com o crescimento da oferta de emprego no setor urbano na primeira década do século XXI. Para a família rural essa migração reduz, ao mesmo tempo, o gasto com alimentos e a disponibilidade de força de trabalho masculina jovem. Obrigada a repor parte da capacidade de trabalho perdida com emigrações, a família incorpora mais trabalho feminino à lida: o censo de 2006 indicava crescimento da ocupação feminina no rural do Jequitinhonha e os sindicatos de trabalhadores rurais cada vez mais contam com sócias e, não por acaso, com dirigentes do sexo feminino. Assim, os eletrodomésticos que servem para encurtar a jornada doméstica feminina servem igualmente para aumentar seu tempo de trabalho na *labuta* do sítio: *tanquinho*, liquidificador, geladeira e fogão a gás acabam por

ocupar um espaço muito precioso na microeconomia desse campesinato.

Os dados apresentados até aqui revelam melhoria material e consumo de bens duráveis pela população rural da região. No entanto, os indicadores de mecanização associados à produção agrícola são muito modestos. Os dados da Tabela 8, a seguir, mostram que motores elétricos e picadeiras de ração, equipamentos importantes para reduzir a penosidade do trabalho e aumentar a produtividade, não estão presentes sequer em 10% das unidades familiares, em média. No município onde há maior percentual desses equipamentos, Pedra Azul, isso se explica pelo grande rebanho bovino e pela maior dedicação à pecuária. De maneira geral, esse resultado indica que os agricultores permanecem fiéis aos sistemas produtivos tradicionais: manejos costumeiros da terra e dos recursos naturais, usando técnicas como pousio, rotação de cultivos e baixo consumo de insumos externos, orientando a lavoura para produzir *mantimentos* para autoconsumo, bens *limpos* para a feira e dispêndio de dinheiro com insumos próximo a zero.

Cabem ainda duas observações sobre esses dados. Primeira: o percentual de agricultores que dispõem de equipamentos agrícolas revelados pelos dados da Tabela 8 é próximo do percentual médio de agricultores que beneficiam a produção, indicado na Figura 3, de forma que intensificação da produção e redução de penosi-

Tabela 8. Vale do Jequitinhonha: propriedade de equipamentos agrícolas nas famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010

Município	Picadeira (%)	Motor elétrico (%)
Novo Cruzeiro	15,50	6,60
Itaobim	5,50	5,50
Cachoeira do Pajeú	0,00	0,00
Pedra Azul	45,40	36,30
Araçuaí	5,20	15,70
Francisco Badaró	0,00	0,00
Virgem da Lapa	15,00	0,00
Jenipapo de Minas	0,00	0,00
Chapada do Norte	12,50	0,00
Total	10,70	6,20

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

dade podem se associar a agricultores que agrega valor à produção. Segunda: é preciso ter muito cuidado na leitura desses dados sobre mecanização, que tanto podem indicar escassez de recursos materiais para adquirir equipamentos – e pode haver dúvidas sobre isso, em face da quantidade de bens duráveis adquiridos – como podem indicar a escolha definitiva pelo sistema costumeiro de produção, que tornará inócuas toda a insistência para financiar inovações produtivas.

3.5. Conquista de programas públicos

O último ponto que deve ser comentado é a capacidade que essa população rural desenvolveu para conquistar programas, utilizar recursos públicos e investi-los no município. É importante ponderar que houve crescimento na participação, mas também que ocorreram mudanças nos métodos de ação estatal. Agências públicas criaram programas de gestão compartilhada ou gestão social, abertos à participação de agricultores familiares na condução, abrangendo temas como desenvolvimento rural, agroindustrialização, saúde e segurança alimentar. Esses programas criaram canais para participação que, com diferenças regionais e localizadas, foram sendo aprimorados com o tempo. Alguns desses programas públicos – caso do “Leite pela Vida”, por exemplo – incorporaram a metodologia de atuação das CEBs da Igreja Católica, o que em parte explica a participação de lavradores nos municípios onde atua.

A Tabela 9, mostra os percentuais de participação em programas públicos. Esses programas abrangem saúde, educação, abastecimento de água, crédito rural, distribuição de sementes, além de outros temas específicos. São, igualmente, programas federais, estaduais, municipais – estes em menor quantidade – além daqueles conduzidos por ONGs e agências religiosas. Duas características são comuns aos programas. Uma: o fato de serem concebidos para parceria, tanto das instâncias federativas entre si quanto na sua relação com a sociedade civil; este é o aspecto positivo. Outra: o fato de serem programas com “donos”, quer dizer, as agências que os lideram insistem em mantê-los como “marcas” próprias, mesmo quando existem programas coincidentes, consolidados e até bem-sucedidos na mesma área e tema de atuação; esta é uma nota triste na história. É preciso esclarecer que certamente o governo federal, mais que as outras instâncias da República, costuma superpor programas e, por exemplo, é possível que exista num certo município tantas casas digitais quantos são os ministérios que dispõem de recursos para custeá-las, independente do tamanho do seu público-alvo local. Nesses casos, os beneficiários do investimento público ainda costumam ser concebidos como clientela política. O Território da Cidadania seria uma boa ideia para acabar com esses costumes, se não fosse apenas isso: uma boa ideia. Seus esforços ainda são muito incipientes para conseguir enfeixar as “coincidências” de investimentos e gerar verdadeiras sinergias na ação pública.

Tabela 9. Vale do Jequitinhonha, participação das famílias rurais pesquisadas em programas públicos em municípios selecionados, em percentual, 2010

Município	Sim (%)	Não (%)
Novo Cruzeiro	77,70	22,30
Itaobim	44,40	55,60
Cachoeira do Pajeú	56,50	43,50
Pedra Azul	63,60	36,40
Araçuaí	78,90	21,10
Francisco Badaró	100,00	0,00
Virgem da Lapa	85,00	15,00
Jenipapo de Minas	78,90	21,10
Chapada do Norte	81,20	18,80
Total	72,70	27,30

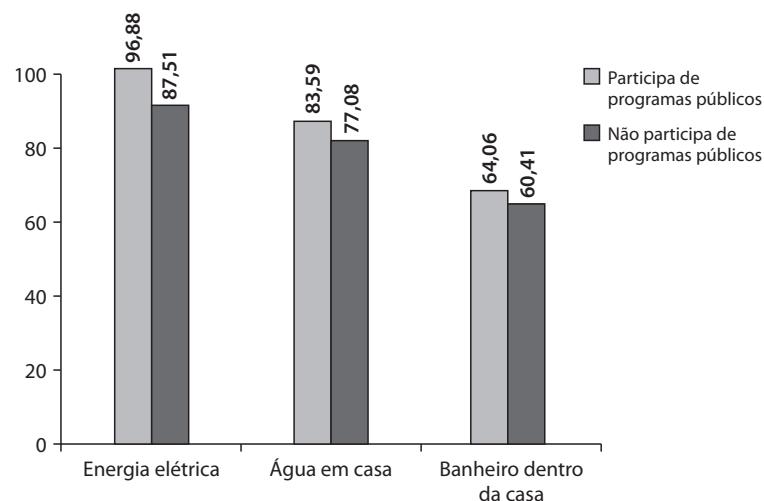
Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Mas há ainda um aspecto a ser ponderado em relação a programas públicos. A Figura 5, relaciona indicadores de bem-estar – energia elétrica, água e banheiro dentro de casa – e participação da família em programas públicos. Os dados indicam que aquelas famílias que se envolvem mais em programas comunitários, municipais e territoriais conduzidos pelo setor público, ONGs, sindicatos e agências religiosas, dispõem de mais equipamentos que proporcionam bem-estar, tendo maior acesso a esses recursos que famílias rurais que não participam desses programas.

Ainda, e contemplando diretamente um assunto que frequentemente se associa ao

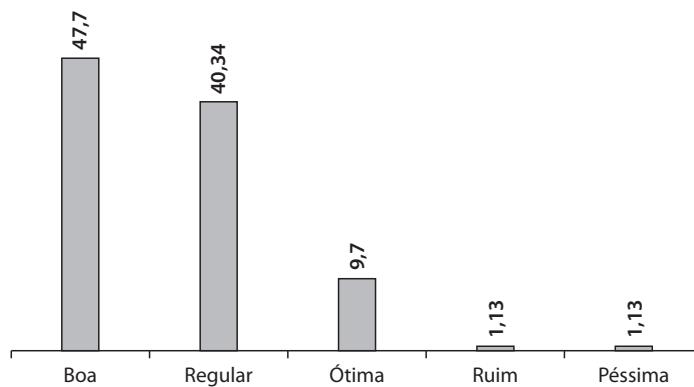
Jequitinhonha, é necessário analisar as condições de alimentação da família e sua avaliação da qualidade dos alimentos. A Figura 6, a seguir, revela que 88% dos entrevistados consideram suas condições de alimentação entre ótimas e boas; 10% dos entrevistados consideram essas condições como regulares e apenas 2% consideram essas condições como ruins ou péssimas. Esses dados em separado certamente seriam pouco expressivos. No entanto, as mudanças que ocorreram na região apresentadas anteriormente revelam que os avanços na melhoria de equipamentos, condições de vida e acesso a bens de consumo certamente passaram, primeiro, por avanços na segurança alimentar.

Figura 5. Vale do Jequitinhonha: participação em programas públicos e equipamentos de bem-estar nas famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010



Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Figura 6. Vale do Jequitinhonha: avaliação das condições de alimentação e nutrição pelas famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010



Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Por fim, é preciso destacar que os programas públicos inovadores se combinaram bem com os costumes locais. O fortalecimento das comunidades rurais e a continuidade das práticas costumeiras asseguraram a persistência das redes de proteção do grupo familiar que garantem a redistribuição dos bens e recursos tradicionais, dos quais a terra é o principal. Assim, grupos, associações e comunidades campesinas desenvolveram capacidades para dialogar, conquistar programas públicos, atrair benefícios para suas localidades, transformar programas e recursos em ganhos e, sobretudo, para compatibilizar inovações de programas públicos com tradições campesinas. Essas alianças – entre costume e inovação, ação familiar e pública – são alavancas da melhoria das condições de vida dessa população rural, que costuma se articular politicamente muito mais do que as populações urbanas da região. E é isso que contribui para o sucesso de iniciativas como o programa Um Milhão de Cisternas no abastecimento de água e Escolas Famílias Agrícolas na educação rural contextualizada.

Difícil, nesta escala de análise, é avaliar o impacto dos programas de crédito, assistência técnica, mecanização e compra direta. O que se percebe é que essas ações provocam, se não melhoria da produção e das condições de trabalho, pelo menos um cenário fértil para debater a capacidade produtiva da agricultura familiar, sua

possibilidade de reprodução material e o lugar do campesinato na construção dos destinos do Jequitinhonha.

4. Conclusões

O conjunto dos dados analisados revelou que na primeira década do século XXI ocorreram mudanças importantes no Jequitinhonha, principalmente comparando com as análises feitas entre 1970/2000 sobre pobreza material, consumo e segurança alimentar. Desse modo, o artigo vai ao encontro de uma constatação que tem aparecido pontualmente na imprensa: houve elevação da renda e melhora nas condições materiais da população mais pobre do Brasil. Aqui a percepção é a mesma. Apesar de coletados em fontes muito diversas, apesar de relacionados a situações muito localizadas, apesar de às vezes serem evidências apenas indiretas, os dados apontam para maior acesso a bens e recursos materiais. E como se referem às parcelas da população menos dotadas de bens duma região igualmente pouco dotada de bens, é possível supor que a mudança foi positiva. Mas, ao mesmo tempo, a diversidade ambiental, fundiária, política e cultural do Jequitinhonha impede generalizar resultados para toda a região e apontar objetivamente para a generalização da melhoria de condições de vida.

Como notou Amartya Sen, maior acesso ou estoque de bens pode não indicar necessariamente melhorias para todos, e neste caso não se sabe se ocorreram mudanças positivas na saúde e na educação das pessoas relativamente mais idosas, nem se sabe quais os efeitos do consumo afluente sobre a pauta alimentar de famílias mais jovens, não é possível saber o quanto a jornada feminina deixou de ser penosa, nem se persiste a precariedade do trabalho para o filho que se perde na *migração*.

Por isso, muito embora as informações reunidas aqui sejam auspiciosas, o artigo deve ser compreendido mais como esforço de método para analisar efeitos de programas públicos sobre realidades específicas que, propriamente, como afirmação de que chegou ao fim uma fase difícil da história do Jequitinhonha. Mesmo porque as circunstâncias do período 2006/2010 foram particulares, podem não se perpetuar, e nada garante que persista o jogo de ambiguidades políticas que assegurou a entrada desses camponeses em programas públicos. E concluindo com observações mais de fundo que pontuais, é necessário perceber que, nessa relação entre Estado, mercados e agricultores, há um jogo sendo jogado. Tanto o instrumental analítico quanto os dados disponíveis são insuficientes para explicar todos os lances da disputa, mas fica evidente que a ação contraditória do Estado e dos mercados tem o poder de, ao mesmo tempo, destruir e construir condições de reprodução. E nunca se deve esquecer: agricultores tradicionais também estão jogando.

Assim, resumindo as novas perspectivas que surgiram nos programas dirigidos para o Jequitinhonha, alguns aspectos devem ser destacados.

1. Diversos dos novos programas públicos passaram a ser concebidos na escala da família e, principalmente, foram focados nos pilares das famílias rurais, alocando recursos na terra, nos circuitos locais de trocas, nas mulheres e nos idosos, ou seja: exatamente nos fundamentos da agricultura tradicional e camponesa, fortalecendo as bases da reprodução desses sistemas agrários.

2. Houve continuidade nos programas, além de regularidade nos objetivos, métodos e público-alvo, que ofereceram quase sempre massa crescente de recursos, dando estabilidade para desenvolver novas atividades derivadas ou associadas, e novos programas consorciados, fornecendo confiabilidade para a ação pública.
3. Houve articulação entre os estímulos à produção e ao consumo locais, por exemplo, nos programas de apoio à produção de leite, às feiras livres, à construção de cisternas de captação de água de chuva, à compra direta, à agroindústria rural, “fechando circuitos” dinamizadores da economia local que grande parte das vezes são geridos também por grupos locais.
4. Os recursos de programas públicos fortaleceram iniciativas públicas não estatais, geridas por associações camponesas, organizações religiosas e não governamentais, que conhecem seu público-alvo, suas demandas e suas condições de negociação com o Estado. Assim, agências como sindicatos de trabalhadores rurais, Cáritas, Pastoral da Criança, Fundo Cristão para Crianças, Visão Mundial, Itavale, Escolas Famílias Agrícolas, Articulação do Semiárido (ASA) e Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, construíram novos programas de inclusão social e produtiva na região.
5. Funcionou bem a sintonia entre as esferas estadual e federal, que estabeleceram parcerias estáveis e às vezes múltiplas, contemplando agências públicas, religiosas, empresas e ONGs. Neste particular: a Emater/MG revelou grande capilaridade e capacidade de articulação institucional; foi notável a afinidade entre os governos Lula e Aécio; foi também notável – e esta é outra nota triste na história – a escassa capacidade revelada pela maioria

das prefeituras municipais para se apropriar dessas novidades e, principalmente, para criar novos programas. Aqui é preciso indicar que a capacitação de servidores de todas as instâncias das prefeituras é essencial para aprofundar esse processo de desenvolvimento.

Por fim, o esforço para organizar os dados deste artigo apontou para a necessidade de rever alguns conceitos e métodos usados para analisar pobres, territórios deprimidos, mulheres, autoconsumo e campesinato. Com crescimento econômico e Estado pró-ativo, toda a dinâmica das relações entre o rural *profundo* e os mercados se altera, e as abordagens costumeiras desses conceitos talvez precisem ser revistas. Ainda não é possível saber em quais sentidos, ritmos e direções; mas as relações entre programas públicos e sociedades tradicionais carecem de revisão numa conjuntura em que o emprego deslancha, o setor público formula e a sociedade civil executa programas. Invertendo a afirmação de Francisco de Oliveira num artigo clássico: da mesma maneira que o setor urbano e “moderno” se relacionava virtuosamente com a tradicionalidade do rural brasileiro até os anos 1970, é possível afirmar que a tradicionalidade do campo nos anos 2000 se relaciona muito virtuosamente com o setor urbano, público, industrial e, como dizem: moderno.

Mas, se ocorrer inversão neste quadro, entra em cena uma nova questão: há capacidade de autossustentação dessas condições caso ocorra corte de despesas públicas e desaceleração do crescimento da economia? Avançando na resposta, se percebe que existem indicações que o processo de desenvolvimento não se sustenta, pois as melhorias são estimuladas em parte pelo gasto público e pelo emprego urbano que atrai, remunera e transfere renda para jovens migrantes. Mas existem também indicações de que o processo pode se sustentar, pois as agências locais adquiriram capacidade para formular novos programas e os camponeses dispõem de extraordinária capacidade para criar oportunidades a partir de recursos poupadados nas conjunturas favoráveis.

5. Referências bibliográficas

- AMARAL, L. *Do Jequitinhonha aos canaviais*. Belo Horizonte, dissertação (mestrado), Fafich/UFMG, 1988.
- AUGUSTO, H. A. *Aposentadorias rurais e desenvolvimento municipal*: o caso de Medina, Nordeste mineiro. Lavras, dissertação (MS), PPGA/UFLA, 2003.
- BERQUÓ, E. e BAENINGER, R. *Os idosos no Brasil*: considerações demográficas. Campinas. Textos NEPO 37, outubro 2000.
- DELGADO, G. C. e CARDOSO JR., J. C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente de universalização. In: CAMARANO, A. A. *Muito além dos 60 anos: novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 319-343.
- DELGADO, G. e SCHWARZER, H. *A experiência da previdência rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000.
- CELSO, A. *Oito anos de parlamento. Poder pessoal de D. Pedro II*. Brasília, Editora da UNB, 1981.
- ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Índice mineiro de responsabilidade social*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2010.
- FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. Campinas. *Economia e Sociedade*, v. 1, ago. 1992.
- GALIZONI, F. M. *A terra construída*. Fortaleza, Etene/BNB, 2007.
- GALIZONI, F. M. et al. Hierarquias de uso da água nas estratégias de convívio com o semiárido em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 39, n. 1, jan./mar. 2008.
- GALIZONI, F. M. (Coord.) *Relatório CNPq / Água e produção de alimentos em comunidades rurais das subbacias dos rios Itamarandiba e Fanado, Alto Jequitinhonha*. Relatório de Pesquisa processo 552307/2007-6, Montes Claros, 2010.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. *O sul, caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero, 1991.
- HERÉDIA, B. A. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IBGE. *Censo Demográfico*, 2000.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Resultados Preliminares do Censo Demográfico*, 2010.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/preliminar_tab_uf_zip.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2011.

IBGE. *Censo Agropecuário*, 2006.

INCRA/FAO. *Banco de dados da agricultura familiar*: projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília, DF, 2000. Disponível em: SADE <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2007.

MAIA, E. S. *Impressões de viagem de Belmonte a Araçuaí*. 2. ed., Taubaté, 1936.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, abr. 2004.

MULLER, P. *Las políticas públicas*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2002.

MULLER, P. e SUREL, Y. *A análise das políticas públicas*. 2. ed. Pelotas: Educat, 2010.

NORONHA, A. B. e RIBEIRO, E. M. As dádivas da terra. In: RIBEIRO, E. M. *Feiras do Jequitinhonha*: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais. Fortaleza, Etene/BNB, 2007.

NUSSBAUM, M. C. e SEN, A. *La calidad de vida*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira*: crítica à razão dualista. 3. ed. São Paulo, CEBRAP/Brasiliense, Seleções CEBRAP, 1977.

POLANIY, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RIBEIRO, E. M. (Org.) *Feiras do Jequitinhonha*: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais. Fortaleza, Etene/BNB, 2007.

RIBEIRO, E. M. (Org.). *Sete estudos sobre a agricultura familiar do Jequitinhonha*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

RIBEIRO, E. M. e GALIZONI, F. M. A arte da catira: negócios e reprodução familiar de sitiantes mineiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, 2007.

RIBEIRO, J. T. L. e CARVALHO, J. A. M. de. A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com enfoque na migração de retorno. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 16, n. 1/2, jan./dez. 1999.

ROCHA, S. O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 20, n. 1, abr. 2011.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHRÖDER, M. As demandas financeiras dos agricultores do sertão do Pajeú In: ABRAMOVAY, R. (Org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2004.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIGAUD, L. A percepção do salário entre trabalhadores rurais. In: PINSKY, J. (Org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo, Hucitec, 1979.

VAN DER PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares*: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WONG, L. R. *O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/ABEP, 2001.

WONG, L. L. R. e CARVALHO, J. A. M. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 23, n. 1, 2006.

WOORTMANN, E. F. e WOORTMANN, K. *O trabalho da terra*. Brasília, Ed. UnB, 1997.

